



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Intervenção

Deputada Ana Mesquita

Projeto de Lei n.º 116/XIII/1.ª (PCP)

Impede a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos

Sessão Plenária, de 5 de fevereiro de 2016

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

A vida, tal como a conhecemos, não existe sem água. E é o facto de ninguém poder viver sem água e de não poder haver desenvolvimento sem água que a torna tão tentadora para o sector privado - que vê neste recurso finito uma infinita fonte de lucro. Só que, quando falamos de água, falamos de direitos fundamentais, falamos de direitos humanos, tal como reconheceu a ONU em Resolução do Conselho dos Direitos Humanos. Assim, há que pôr as coisas às claras: privatizar a água é privatizar um direito fundamental e isso só pode ser considerado como inaceitável.

No nosso país, desde 1993 se tem caminhado a passos largos no sentido da privatização, com a aprovação de um conjunto de leis que permitem uma maior participação de entidades privadas na gestão de serviços públicos de águas e de resíduos sólidos urbanos. Dirão os senhores deputados da direita que partimos de um pressuposto errado, que concessão, externalização ou contrato de parceria público-privada não é o mesmo que privatizar; que a gestão é que pode contar com a participação de privados e isso não é o mesmo que privatizar. Algo assim.

Só que as experiências por esse mundo fora revelam que, de facto, isso é privatização e é mesmo de privatização que estamos a falar. E que, contrariamente ao que os senhores dizem, que a gestão privada é panaceia e tudo vai fazer melhor, a verdade é

que o movimento mundial de remunicipalização da água cresce de dia para dia. Entre março de 2000 e março de 2015, ocorreram 235 casos de remunicipalização da água em 37 países, com impacto na vida de 100 milhões de pessoas. E estes casos estão fundamentalmente concentrados nos países desenvolvidos, imagine-se! E porquê, há então que perguntar?

Assim é porque, em muitos casos, essa foi a resposta às falsas promessas dos privados ou dos seus representantes a atuar na esfera política de que as populações iriam sempre ficar à frente do lucro. Coisa que não aconteceu, é claro. Pois não existe esse capitalismo asséptico, não ideológico e apenas interessado na correta gestão técnica das coisas como por aí se tenta pintar. E veja-se, senhoras e senhores deputados, o que tem acontecido no Reino Unido – é notícia de janeiro de 2016:

um relatório revelou que as empresas privadas de água lucraram mais de 1 milhão de milhões de libras com preços injustificada e escandalosamente elevados. Os mais prejudicados foram os mais pobres, que viram o peso anual da água em relação aos seus rendimentos passar de 2,3% para 5,3%.

Senhoras e Senhores Deputados: a água é de todos!

Quando se fala de salvaguardar um direito não se pode estar a contar com a bondade ou complacência de quem tem, acima de tudo, objetivos focados na obtenção de lucro e na distribuição de dividendos entre acionistas. Mais cedo ou mais tarde, a privatização ou a concessão de serviços públicos de água, de saneamento, de resíduos sólidos urbanos, vai conduzir à degradação da qualidade dos serviços, à redução do investimento, vai agravar as assimetrias no acesso. Pelo caminho, vai atacar os direitos dos trabalhadores e aumentar os preços para os utentes.

O PCP defende que, sendo a água um bem vital, com um valor social e cultural sem preço, indispensável para todos, então é por todos que deve ser gerida. Isto é, deve ser gerida unicamente por entidades públicas, na lógica de um serviço público que responda ao interesse de todos... e não só ao de alguns.